

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA

*Prefácio*

Tarcisio Vieira de Carvalho Neto

*Apresentação*

Reynaldo Soares da Fonseca

# CURSO DE DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

3ª edição revista, ampliada e atualizada

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

© 2018 Editora Fórum Ltda.

2020 2ª edição

2022 3ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

#### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C887c Costa, Daniel Castro Gomes da

Curso de Direito Processual Eleitoral / Daniel Castro Gomes da  
Costa. 3ª edição. Belo Horizonte : Fórum, 2022.

928p. ; 17cm x 24cm.

ISBN: 978-65-5518-351-1

1. Direito. 2. Direito Eleitoral. 3. Direito processual. 4. Ações  
Eleitorais. 5. Recursos Eleitorais. I. Título.

CDD 324.63

CDU 342.8

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Castro Gomes da. *Curso de Direito Processual Eleitoral*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 928p. ISBN 978-65-5518-351-1.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
<b>Tarcisio Vieira de Carvalho Neto</b> .....	17
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
<b>Reynaldo Soares da Fonseca</b> .....	21
CAPÍTULO 1	
TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL..... 25	
1.1	Direitos Políticos..... 25
1.2	Direito Eleitoral ..... 27
1.2.1	Conceitos, Fundamentos e Importância ..... 27
1.2.2	Fontes do Direito Eleitoral ..... 29
1.2.2.1	Fontes Materiais..... 30
1.2.2.2	Fontes Formais..... 31
1.3	Modelos de Organização Eleitoral..... 33
1.4	Direito Processual Eleitoral..... 38
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ELEITORAL..... 41	
2.1	Conceito ..... 41
2.2	Princípio Democrático ..... 44
2.3	Princípio da Representatividade..... 49
2.4	Estado Democrático de Direito ..... 54
2.5	Princípio da Soberania Popular ..... 61
2.6	Princípio Republicano ..... 66
2.7	Princípio Federativo..... 69
2.8	Sufrágio Universal..... 71
2.9	Princípio da Legitimidade ..... 81
2.10	Princípio da Moralidade ..... 84
2.11	Princípio da Proibição..... 93
2.12	Princípios Processuais aplicáveis ao Direito Eleitoral ..... 98
2.12.1	Princípio do Devido Processo Legal..... 99
2.12.2	Princípio do Contraditório..... 104
2.12.3	Princípio da Ampla Defesa ..... 107
2.12.4	Princípio da Igualdade ..... 112
2.12.5	Princípio do Juiz Natural ..... 124
2.12.6	Princípio da Vedação à Prova Ilícita ..... 129
2.12.7	Princípio da Duração Razoável do Processo..... 138
2.12.8	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição..... 144
2.12.9	Preclusão Instantânea ..... 148
2.12.10	Irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral ..... 153
CAPÍTULO 3	
SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO..... 157	
3.1	Sistema Eleitoral Majoritário ..... 158
3.2	Sistema Eleitoral Proporcional ..... 158
3.3	Sistema Eleitoral – Eleições 2022..... 161
CAPÍTULO 4	
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ..... 165	
4.1	Competência Legislativa ..... 165
4.2	Constituição Federal ..... 166

4.3	Código Eleitoral.....	168
4.4	Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 1997.....	171
4.5	Lei dos Partidos Políticos – Lei nº 9.096, de 1995.....	172
4.6	Lei das Inelegibilidades – Lei Complementar nº 64, de 1990.....	173

## CAPÍTULO 5

### ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL..... 175

5.1	Juntas Eleitorais.....	176
5.2	Juízes Eleitorais.....	177
5.3	Tribunais Regionais Eleitorais.....	178
5.3.1	Composição.....	178
5.3.2	Competência.....	181
5.3.2.1	Competência Jurisdicional.....	181
5.3.2.2	Competência Administrativa.....	183
5.4	Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	185
5.4.1	Composição.....	185
5.4.2	Competência.....	187
5.4.2.1	Competência Jurisdicional.....	187
5.4.2.1.1	Competência Administrativa.....	188
5.4.2.1.2	Competência Normativa.....	190
5.5	Organograma da Justiça Eleitoral Brasileira.....	194
5.6	Ministério Público Eleitoral.....	195
5.6.1	Noções Introdutórias.....	195
5.6.2	Procurador-Geral Eleitoral.....	201
5.6.3	Procuradores Regionais Eleitorais.....	201
5.6.4	Promotores Eleitorais.....	203

## CAPÍTULO 6

### AÇÕES ELEITORAIS..... 207

6.1	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).....	210
6.1.1	Conceito.....	210
6.1.2	Fundamentação Legal.....	215
6.1.3	Natureza Jurídica.....	216
6.1.4	Legitimidade.....	219
6.1.5	Prazo.....	226
6.1.6	Competência.....	230
6.1.7	Rito Processual.....	230
6.1.8	Efeitos.....	232
6.1.9	Recursos.....	234
6.1.10	Resumindo.....	236
6.2	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).....	237
6.2.1	Conceito.....	237
6.2.2	Fundamentação Legal.....	240
6.2.3	Natureza Jurídica.....	241
6.2.4	Legitimidade.....	241
6.2.5	Prazo.....	249
6.2.6	Competência.....	252
6.2.7	Rito Processual.....	252
6.2.8	Efeitos.....	259
6.2.9	Recursos.....	260
6.2.10	Resumindo.....	261
6.3	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	262
6.3.1	Conceito.....	262
6.3.2	Fundamentação Legal.....	262
6.3.3	Natureza Jurídica.....	267
6.3.4	Legitimidade.....	267
6.3.5	Prazo.....	273
6.3.6	Competência.....	276
6.3.7	Rito Processual.....	276
6.3.8	Efeitos.....	276
6.3.9	Recursos.....	277
6.3.10	Peculiaridades da AIRC.....	277
6.3.11	Resumindo.....	292
6.4	Ação de Impugnação da Diplomação (AIDI).....	292
6.4.1	Conceito.....	292
6.4.2	Fundamentação Legal.....	297
6.4.3	Natureza Jurídica.....	299

6.4.4	Legitimidade .....	300
6.4.5	Prazo.....	303
6.4.6	Competência .....	304
6.4.7	Rito Processual.....	307
6.4.8	Efeitos.....	310
6.4.9	Recursos.....	311
6.4.10	Resumindo .....	311
6.5	Ação de Representação por Propaganda Irregular (ARPI).....	312
6.5.1	Conceito .....	312
6.5.2	Fundamentação Legal.....	322
6.5.3	Natureza Jurídica .....	323
6.5.4	Legitimidade .....	323
6.5.5	Prazo.....	326
6.5.6	Competência .....	328
6.5.7	Rito Processual.....	328
6.5.8	Efeitos.....	329
6.5.9	Recursos.....	331
6.5.10	Resumindo .....	334
6.6	Ação de Representação por Arrecadação e Gastos Ilícitos (ARAGI).....	334
6.6.1	Conceito .....	334
6.6.2	Fundamentação Legal.....	335
6.6.3	Natureza Jurídica .....	336
6.6.4	Legitimidade .....	336
6.6.5	Prazo.....	339
6.6.6	Competência .....	341
6.6.7	Rito Processual.....	341
6.6.8	Efeitos.....	345
6.6.9	Recursos.....	350
6.6.10	Resumindo .....	350
6.7	Ação de Representação por Captação Ilícita de Sufrágio (ARCIS).....	351
6.7.1	Conceito .....	351
6.7.2	Fundamentação Legal.....	351
6.7.3	Natureza Jurídica .....	360
6.7.4	Legitimidade .....	360
6.7.5	Prazo.....	364
6.7.6	Competência .....	366
6.7.7	Rito Processual.....	368
6.7.8	Efeitos.....	369
6.7.9	Recursos.....	371
6.7.10	Resumindo .....	372
6.8	Ação de Representação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais (ARCV).....	373
6.8.1	Conceito .....	373
6.8.2	Fundamentação Legal.....	376
6.8.3	Natureza Jurídica .....	407
6.8.4	Legitimidade .....	407
6.8.5	Prazo.....	408
6.8.6	Competência .....	408
6.8.7	Rito Processual.....	409
6.8.8	Efeitos.....	409
6.8.9	Recursos.....	416
6.8.10	Resumindo .....	416
6.9	Ação Rescisória Eleitoral (ARE).....	417
6.9.1	Conceito .....	417
6.9.2	Fundamentação Legal.....	417
6.9.3	Natureza Jurídica .....	423
6.9.4	Legitimidade .....	426
6.9.5	Prazo.....	429
6.9.6	Competência .....	430
6.9.7	Rito Processual.....	430
6.9.8	Efeitos.....	433
6.9.9	Recursos.....	433
6.9.10	Resumindo .....	433
6.10	Ação de Representação por Doação Acima do Limite Legal (ARDALL).....	434
6.10.1	Conceito .....	434
6.10.2	Fundamentação Legal.....	435
6.10.3	Natureza Jurídica .....	436
6.10.4	Legitimidade .....	436
6.10.5	Prazos.....	437
6.10.6	Competência .....	440
6.10.7	Rito Processual.....	443

6.10.8	Efeitos.....	446
6.10.9	Recursos.....	454
6.10.10	Resumindo .....	454
6.11	Ação de Representação por Divulgação de Pesquisa Eleitoral Irregular (ARPEI).....	455
6.11.1	Conceito .....	455
6.11.2	Fundamentação Legal.....	463
6.11.3	Natureza Jurídica .....	464
6.11.4	Legitimidade .....	464
6.11.5	Prazos.....	467
6.11.6	Competência .....	469
6.11.7	Rito Processual.....	469
6.11.8	Efeitos.....	470
6.11.9	Recursos.....	470
6.11.10	Resumindo .....	472
6.12	Ação de Reclamação de Direito de Resposta (ARDP) .....	472
6.12.1	Conceito .....	472
6.12.2	Fundamentação Legal.....	475
6.12.3	Natureza Jurídica .....	475
6.12.4	Legitimidade .....	476
6.12.5	Prazos.....	481
6.12.6	Competência .....	483
6.12.7	Rito Processual.....	483
6.12.8	Efeitos.....	486
6.12.9	Recursos.....	486
6.12.10	Resumindo .....	487
6.13	Consulta.....	487
6.13.1	Conceito .....	487
6.13.2	Fundamentação Legal.....	490
6.13.3	Natureza Jurídica .....	491
6.13.4	Legitimidade .....	495
6.13.5	Prazo.....	504
6.13.6	Competência .....	506
6.13.7	Rito Processual.....	507
6.13.8	Efeitos e Recursos.....	512
6.13.9	Resumindo .....	514
6.14	Prestação de Contas de Campanha Eleitoral .....	514
6.14.1	Conceito .....	514
6.14.2	Fundamentação Legal.....	520
6.14.3	Natureza Jurídica .....	520
6.14.4	Legitimidade .....	523
6.14.5	Prazo.....	531
6.14.6	Competência .....	539
6.14.7	Rito Processual.....	539
6.14.8	Efeitos.....	558
6.14.9	Recursos.....	560
6.14.10	Resumindo .....	562

## CAPÍTULO 7

AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....		563
7.1	<i>Habeas Data</i> .....	563
7.1.1	Conceito .....	563
7.1.2	Fundamentação Legal.....	565
7.1.3	Natureza Jurídica .....	565
7.1.4	Legitimidade .....	565
7.1.5	Prazo.....	566
7.1.6	Competência .....	566
7.1.7	Rito Processual.....	567
7.1.8	Efeitos.....	569
7.1.9	Recursos.....	569
7.1.10	Resumindo .....	569
7.2	Mandado de Injunção.....	570
7.2.1	Conceito .....	570
7.2.2	Fundamentação Legal.....	571
7.2.3	Natureza Jurídica .....	572
7.2.4	Prazo.....	572
7.2.5	Competência .....	572
7.2.6	Legitimidade .....	573
7.2.7	Rito Processual.....	573

7.2.8	Efeitos.....	574
7.2.9	Recursos.....	575
7.2.10	Resumindo.....	576
7.3	Mandado de Segurança no Direito Eleitoral.....	576
7.3.1	Conceito.....	576
7.3.2	Fundamentação Legal.....	579
7.3.3	Natureza Jurídica.....	583
7.3.4	Legitimidade.....	584
7.3.5	Prazo.....	590
7.3.6	Competência.....	590
7.3.7	Rito Processual.....	592
7.3.8	Efeitos.....	593
7.3.9	Recursos.....	593
7.3.10	Resumindo.....	595

## CAPÍTULO 8

RECURSOS ELEITORAIS.....	597	
8.1	Considerações Iniciais.....	597
8.2	Embargos de Declaração.....	598
8.2.1	Conceito.....	598
8.2.2	Fundamentação Legal.....	599
8.2.3	Natureza Jurídica.....	610
8.2.4	Legitimidade.....	610
8.2.5	Prazo.....	612
8.2.6	Competência.....	614
8.2.7	Rito Processual.....	614
8.2.8	Efeitos.....	617
8.2.9	Recursos.....	621
8.2.10	Resumindo.....	622
8.3	Agravo Interno.....	622
8.3.1	Conceito.....	622
8.3.2	Fundamentação Legal.....	622
8.3.3	Natureza Jurídica.....	624
8.3.4	Legitimidade.....	625
8.3.5	Prazo.....	625
8.3.6	Competência.....	627
8.3.7	Rito Processual.....	627
8.3.8	Efeitos.....	629
8.3.9	Recursos.....	630
8.3.10	Resumindo.....	630
8.4	Agravo de Instrumento.....	631
8.4.1	Conceito.....	631
8.4.2	Fundamentação Legal.....	631
8.4.3	Natureza Jurídica.....	636
8.4.4	Legitimidade.....	636
8.4.5	Prazo.....	637
8.4.6	Competência.....	639
8.4.7	Rito Processual.....	639
8.4.8	Efeitos.....	640
8.4.9	Recursos.....	640
8.4.10	Resumindo.....	641
8.5	Recurso Ordinário.....	641
8.5.1	Recurso Ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.....	642
8.5.1.1	Conceito.....	642
8.5.1.2	Fundamentação Legal.....	642
8.5.1.3	Natureza Jurídica.....	644
8.5.1.4	Legitimidade.....	644
8.5.1.5	Prazo.....	644
8.5.1.6	Competência.....	645
8.5.1.7	Rito Processual.....	645
8.5.1.8	Efeitos.....	646
8.5.1.9	Resumindo.....	649
8.5.2	Recurso Ordinário Constitucional Eleitoral.....	650
8.5.2.1	Conceito.....	650
8.5.2.2	Fundamentação Legal.....	650
8.5.2.3	Natureza Jurídica.....	656
8.5.2.4	Legitimidade.....	656
8.5.2.5	Prazo.....	656

8.5.2.6	Competência .....	657
8.5.2.7	Rito Processual.....	657
8.5.2.8	Efeitos.....	657
8.5.2.9	Recursos.....	658
8.5.2.10	Resumindo .....	658
8.6	Recurso Especial .....	659
8.6.1	Conceito .....	659
8.6.2	Fundamentação Legal.....	659
8.6.3	Natureza Jurídica .....	663
8.6.4	Legitimidade .....	663
8.6.5	Prazo.....	665
8.6.6	Competência .....	669
8.6.7	Rito Processual.....	669
8.6.8	Efeitos.....	675
8.6.9	Recursos.....	678
8.6.10	Resumindo .....	678
8.7	Recurso Extraordinário.....	678
8.7.1	Conceito .....	678
8.7.2	Fundamentação Legal.....	679
8.7.3	Natureza Jurídica .....	684
8.7.4	Legitimidade .....	684
8.7.5	Prazo.....	684
8.7.6	Competência .....	686
8.7.7	Rito Processual.....	686
8.7.8	Efeitos.....	692
8.7.9	Recursos.....	693
8.7.10	Resumindo .....	693
8.8	Reclamação.....	693
8.8.1	Conceito .....	693
8.8.2	Fundamentação Legal.....	695
8.8.3	Natureza Jurídica .....	696
8.8.4	Legitimidade .....	696
8.8.5	Prazo.....	697
8.8.6	Competência .....	697
8.8.7	Rito Processual e Peculiaridades.....	700
8.8.8	Resumindo .....	700
8.9	Recursos Inominados Eleitorais .....	700
8.9.1	Conceito .....	700
8.9.2	Fundamentação Legal.....	701
8.9.3	Natureza Jurídica .....	702
8.9.4	Legitimidade .....	703
8.9.5	Prazo.....	704
8.9.6	Competência .....	706
8.9.7	Rito Processual.....	707
8.9.8	Efeitos.....	708
8.9.9	Recursos.....	708
8.9.10	Resumindo .....	709

## CAPÍTULO 9

RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS .....	711	
9.1	Considerações Iniciais .....	711
9.2	Recurso em Sentido Estrito .....	720
9.2.1	Conceito .....	720
9.2.2	Fundamentação Legal.....	721
9.2.3	Natureza Jurídica .....	723
9.2.4	Legitimidade .....	723
9.2.5	Prazo.....	723
9.2.6	Competência .....	724
9.2.7	Rito Processual.....	724
9.2.8	Efeitos.....	724
9.2.9	Recursos.....	725
9.2.10	Resumindo .....	725
9.3	<i>Habeas Corpus</i> .....	725
9.3.1	Conceito .....	725
9.3.2	Fundamentação Legal.....	725
9.3.3	Natureza Jurídica .....	732
9.3.4	Legitimidade .....	732
9.3.5	Prazo.....	732

9.3.6	Competência .....	732
9.3.7	Rito Processual.....	737
9.3.8	Efeitos.....	739
9.3.9	Recursos.....	739
9.3.10	Resumindo .....	740
9.4	Revisão Criminal Eleitoral .....	741
9.4.1	Conceito .....	741
9.4.2	Fundamentação Legal.....	741
9.4.3	Natureza Jurídica .....	744
9.4.4	Legitimidade .....	744
9.4.5	Prazo.....	745
9.4.6	Competência .....	745
9.4.7	Rito Processual.....	745
9.4.8	Efeitos.....	745
9.4.9	Resumindo .....	745
REFERÊNCIAS.....		747

## ANEXOS

ANEXO A – SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	755
ANEXO B – SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA ELEITORAL .....	761
ANEXO C – SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM MATÉRIA ELEITORAL .....	763
ANEXO D – REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	765
ANEXO E – RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016 – Código de Processo Civil no âmbito da Justiça Eleitoral .....	781
ANEXO F – RESOLUÇÕES TSE ELEIÇÕES 2022.....	785
1. RESOLUÇÃO Nº 23.605, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.....	785
2. RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.....	789
3. RESOLUÇÃO Nº 23.608, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.....	825
4. RESOLUÇÃO Nº 23.609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.....	841
5. RESOLUÇÃO Nº 23.610, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.....	863
6. RESOLUÇÃO Nº 23.623, DE 30 DE JUNHO 2020.....	897
7. RESOLUÇÃO Nº 23.674, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.....	899